

Brasília, sexta-feira, 15 de agosto de 1986

GAZETA MERCANTIL

# Quatro mil sugestões para a Constituinte - GERZ

por Eliana Simonetti  
de Brasília

Uma nova lei de greve, em que "a empresa está em greve, por decisão da assembleia dos trabalhadores, após impasse nas negociações, mas o trabalho continua normalmente", é uma das idéias que chegaram à Comissão que prepara a proposta para a Constituinte. Seu autor, um carioca, explica que, em caso de greve, a direção da empresa passa a ser assistida por uma comissão de auditoria dos trabalhadores, instaurando-se um período de co-gestão.

Foram mais de 4 mil cartas, assinadas por cerca de 8 mil pessoas, que chegaram à Comissão de Estudos Constitucionais, no Ministério da Justiça, desde sua criação, por decreto, em julho de 1985. As propostas, viáveis ou não, muitas vezes contraditórias, foram analisadas pela Comissão, que já tem praticamente pronto seu documento final, conforme explicou a este jornal Mauro Santayana, secretário da Comissão. A última reunião ple-

nária do grupo deverá ocorrer nos dias 29 e 30 de agosto, no Rio de Janeiro.

As sugestões recebidas pelo professor Afonso Arinos de Melo Franco, presidente da Comissão, foram sistematizadas, analisadas, indexadas e processadas por computador, pela Fundação Getúlio Vargas, para servir de subsídio para a elaboração da nova Constituição brasileira. São 530 temas, entre os quais aborto, aposentadoria, representatividade na Assembleia Constituinte, crédito, crematórios, crimes de colarinho branco, direito de voto, desapropriação, direito de greve, decreto-lei, ecologia, ensino gratuito, empresas multinacionais, férias coletivas, Forças Armadas, imunidades parlamentares, ministérios, monarquia, ombudsman, pacto social, parlamentarismo, segurança pública, política mineral, preconceito de raça, reforma agrária, distribuição de renda, salário mínimo profissional, sistema eleitoral, violência e voto.

As cartas oferecem os mais diversos tipos de soluções para muitos problemas diferentes.

Os crimes de colarinho branco, por exemplo, aparecem em três das cartas processadas pelo computador da FGV: uma delas sugere "a soberania do Poder Legislativo na apuração de crimes de responsabilidade e comuns dos membros do Poder Executivo, com garantia de eficácia da condenação"; outra, de São Paulo, sugere "a criação de mecanismos, ao alcance do povo, para a elucidação de denúncias em todas as ramificações do poder público"; e a última pretende a reforma do Código Penal, com imposição de penas mais severas para os "crimes de colarinho branco e combate à corrupção ativa e passiva em qualquer área dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário".

Da mesma forma como há os que acreditam que "a violência urbana não pode ser combatida simplesmente com os meios tradicionais repressivos", pretendendo a criação de um

"novo sistema de defesa social de caráter preventivo", há os que propõem "a pena de morte para os crimes de latrocínio, de estupro seguido de morte, de raptado seguido de morte, de tráfico de drogas, de assassinatos com requintes de perversidade e de corrupção contra os cofres públicos", com a ressalva de que a execução somente ocorreria no prazo de um a cinco anos após a condenação.

Sobre a reforma agrária chegaram 27 cartas. Uma delas, pretende que se garanta a possibilidade de revisão da classificação das propriedades e do valor da indenização pelo Poder Judiciário, "assim como a certeza do pagamento dos títulos da dívida agrária no vencimento".

Há quem proponha a criação de um tribunal de contencioso administrativo, "para conter e sanar as injustiças decorrentes do arbítrio do poder público", a proibição do empréstimo compulsório, o fim da Lei de Greve, e a isenção da tributação sobre salários.